

Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises

Silvio Moisés Negri¹

Resumo

O presente artigo tece algumas considerações sobre a segregação sócio-espacial, a partir da hipótese de que é a classe de renda mais alta que produz, consome e controla o espaço urbano. Para tanto, faz uma revisão teórica através de uma perspectiva histórica do desenvolvimento do conceito e de metodologias empregadas em pesquisas, tanto em nível nacional com também internacional. Desta forma, conclui-se que o aspecto econômico sobrepõe todos os outros tipos de segregação. A segregação, portanto, não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

Palavras-Chave: Segregação Sócio-Espacial. Espaço Urbano. Classes Sociais. Classe de renda. Controle.

Abstract

This article has made some considerations about the socio-space segregation from the hypothesis that is the highest-income class that produces, consumes and controlled the urban space. For both, is a theoretical review through a historical perspective of the development of the concept and methodology employed in research, both at the national level as well international. Thus, concluded that the economic aspect overrides all other types of segregation. The segregation therefore is not simply and only a factor of division of classes in urban areas, but also an instrument of control that space.

Keywords: Segregation Socio-Space. Urban Espace. Social Classes. Highest-income class. Controll.

A Evolução do Conceito

Pensar o urbano através da organização espacial das classes sociais nos reporta a inúmeros problemas de ordem social, econômica, política e ideológica. Dentre eles, destacam-se: pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferação, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros.

1 Professor do Departamento de Geografia – UFMT/*Campus* de Rondonópolis. Doutorando em Geografia na área de Organização do Espaço pela UNESP/Rio Claro.

É neste contexto, nos dias atuais, que o espaço urbano tem sido objeto de estudo dos mais variados campos do saber das ciências humanas e sociais. A complexidade da sociedade atual face a questão da habitação leva-nos a buscar entender a produção e a separação entre as classes sociais nas cidades, separação esta não só espacial, como também, social. Como por exemplo, através da renda, do tipo de ocupação e do nível educacional.

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação sócio-espacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica.

Parafraçando Castells², a segregação social visa, portanto, a reprodução das forças-de-trabalho, sendo estes processos que são sempre interligados e articulados com a estrutura social. Assim, a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído.

A tese que se quer demonstrar é que, através da segregação sócio-espacial, a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses. Assim, “trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente esse espaço produzido é, ele próprio, social. Só o social pode constranger ou condicionar o social”³.

É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação sócio-espacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação sócio-espacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Somente a separação das classes sociais no espaço pode agir como um instrumento de poder para a classe alta⁴.

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação sócio-espacial. Cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões definidas social, política ou economicamente.

2 CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

3 VILLAÇA, Flávio. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2000. p. 360.

4 Idem.

Segundo Marcuse⁵, historicamente existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira:

1. Divisão Cultural – realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade;
2. Divisão Funcional – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.
3. Divisão por Diferença no Status Hierárquico – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

A partir da Revolução Industrial, a maioria dos tipos de segregação encontrados no espaço urbano ocidental são por classe ou por etnia. Mas os estudos somente começaram a ser realizados principalmente no século XIX. De acordo com as formulações de Correa⁶, o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão. Segundo este modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os pobres.

Na década de 1920, surge o modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade em busca de minimizar as distâncias do trabalho.

As polêmicas surgidas em torno desses dois modelos são em parte absorvidas pelo aparecimento do modelo do economista norte-americano Hoyt. Segundo este, o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda, sendo circundada pela classe média e estando a classe pobre localizada diametralmente oposta.

5 MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33.

6 CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1999.

A implantação deste modelo foi facilitada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transporte nas cidades, pois a classe alta pode contar com ruas, avenidas e estradas de mais fácil circulação e com o desenvolvimento dos automóveis, o que facilitou e dinamizou o transporte de pessoas.

Mas é importante lembrar que uma das mais valiosas contribuições do século XIX foi dada por Friedrich Engels em seus textos imprescindíveis *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845) e *Contribuição ao Problema da Habitação* (1886), nos quais o autor descreve e denuncia as condições de vida e de moradia do proletariado inglês na cidade de Manchester, logo após a Revolução Industrial. Demonstra, através destes estudos, um padrão de segregação oposto ao de Kohl. E, embora não haja formalizado uma teoria geral sobre este processo nas cidades capitalistas, influenciou E. W. Burgess na formulação de sua teoria.

Ainda dentre os principais estudos realizados no início do século XX, destaca-se a Escola de Ecologia Humana de Chicago, nos Estados Unidos. Os estudiosos dessa escola basearam suas análises urbanas em modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social, tendo uma perspectiva positivista da realidade. Essa escola pesquisava, sobretudo, os efeitos da imigração, através da formação de guetos.

Para estes especialistas a cidade funcionava como um organismo vivo, na qual havia uma história de vida e aquele que melhor se adaptasse ao estilo de vida urbano conseguiria habitar as melhores áreas deste espaço. Embora tratassem de classes sociais, os teóricos insistiam em usar o termo “pessoa” ou, ainda, “indivíduo”, para distinguir as ações desprendidas por estes no espaço, apesar de trabalharem com o termo segregação.

Nesse caso, identificavam dois modelos de segregação: a “voluntária” e a “involuntária”. A voluntária se dava quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando por forças externas ele era obrigado a habitar ou deslocar-se de determinados espaços.

Nesse sentido, então, como relata Villaça⁷, a segregação nas periferias das cidades brasileiras é involuntária. E ainda, que não existem

7 VILLAÇA, Flávio. A segregação e a estruturação do espaço intra-urbano; o caso do Recife (2001). In: *www.flaviovillaça.arq.br*. Acesso em: 15 fev. 2007.

dois processos, mas apenas um, ou seja, quando há um vitorioso, existe um derrotado. A segregação de um se reflete na segregação do outro, dialeticamente no mesmo processo e ao mesmo tempo.

Robert Erza Park⁸ é tido como principal expoente dessa Escola de Ecologia Humana, que em sua trajetória inicial, se preocupou em estudar as formas de comportamento social e a sua distribuição espacial elaboradas pelas populações urbanas.

Segundo Vasconcelos⁹, Park, em texto publicado em 1916 no livro clássico *The City*, define segregação como sendo a repartição das populações nas grandes cidades. Park considera que o processo de segregação se daria num primeiro momento, com base na língua e na cultura e, posteriormente, com base na raça.

Isso fica evidenciado nos estudos que eram realizados em cidades americanas como em Nova York e Chicago, por meio das pesquisas realizadas em bairros de imigrantes, onde se formavam os chamados guetos no início do século XX. Park afirma que:

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações das grandes cidades (...) Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que se tocam, mas não se interpenetram.¹⁰

Fica evidente que, em certas situações, o imigrante prefere morar próximo aos seus semelhantes, parentes ou amigos, por diversas razões de ordem cultural, moral, étnica, entre outras. Mas essa falsa noção de auto-segregação de alguns grupos sociais, na realidade encobrem as diferenças sociais entre os vários grupos que habitam a cidade.

Em alguns estudos sobre a cidade de Toronto no Canadá, Mohammad A. Qadeer¹¹ chega à conclusão que a localização de um determinado grupo étnico em um determinado local é resultado cumulativo de

8 Apesar de sua importância histórica como grande personagem da Escola de Ecologia Humana de Chicago, suas obras são pouco conhecidas no Brasil, fato pelo qual, há algumas citações baseadas em obras de outros autores neste artigo.

9 VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: *Revista Cidades*. v. 1, n. 2, 2004, pp. 259-274.

10 *Apud* BUENO, Edir de Paiva. *A segregação sócio-espacial: A (re)produção de espaços em Catalão – GO*. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: DGE/UNESP, 2001, p. 30.

11 QADEER, Mohammad A. Segregação étnica em uma cidade multicultural, Toronto, Canadá. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 34 – 46.

escolhas familiares ou de proximidade cultural, limitada pelos fatores de renda e classe social. E ainda, que esses agrupamentos étnicos não são planejados, mas surgem de acordo com a possibilidade de pagamento pela moradia em determinada área da cidade. Esses enclaves se baseiam mais em vínculos sociais e culturais do que em raça, mas um risco é proeminente: o da falta de aculturação no país, se a segregação étnica for combinada com a segregação por renda e pobreza - nesse caso, a classe social se sobrepõe à étnica.

Park, afirma que o crescimento urbano não pode ser controlado, ficando a mercê do mercado imobiliário e da aquisição da propriedade privada. Assim, afirma que “a cidade não pode fixar o valor da terra, e deixamos ao empreendimento privado a maior parte desta tarefa de delimitar os limites da cidade e a localização de suas zonas industrial e residencial”¹².

Dessa forma, o autor coloca a questão da segregação sócio-espacial como algo “natural” que se assemelha em muito ao processo de “seleção natural das espécies”, encontrado em Charles Darwin, baseando-se em Durkheim, que o adaptou para a sociedade humana. Além disso, não diz como seria essa regulação do valor da terra urbana pelo empreendimento privado e como isso seria feito, quais os critérios para taxaço do preço do solo urbano.

Neste mesmo sentido, encontramos a definição de McKenzie¹³ para a segregação, que a definiu como sendo “a concentração de tipos de população dentro de uma comunidade”. Este conceito nos dá a conotação de homogeneização e heterogeneização do espaço, em que estaria ligada a raça, cultura, cor, entre outros. Apesar de fundamentada na ecologia humana, certas condições sociais podem ser impostas aos indivíduos de uma determinada cidade, fazendo estes se distinguirem por diferenças de renda.

Ainda fazendo uma analogia com o “mundo natural”, a Escola de Chicago criou os conceitos de competição e dominância para analisar as várias atividades urbanas (comercial, industrial e residencial),

12 *Apud* CARDOSO, Elizabeth Dezouart. *A segregação residencial e a cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX*. In: http://www.uff.br/posgeo/modules/xt_conteudo/content/campos/elizabeth.pdf. Acesso em 23 Jan. 2007. p. 06.

13 *Apud* BUENO, Edir de Paiva. *Op. cit.*, p. 30.

explicando o alto valor da terra em determinadas áreas pela grande competição entre os gêneros de atividades por localizações vantajosas, ou seja, nas palavras de hoje, o valor da terra seria dado única e exclusivamente pelo “mercado”. Desta forma, as áreas centrais das cidades, que representam a menor “distância ecológica” para várias atividades, têm um terreno de alto valor e são passíveis de alterações e da atuação de processos como o de “invasão-sucessão” que é a substituição da ocupação de uma área por outra atividade ou grupo social diferente do que a ocupava anteriormente. É o conceito deste processo junto com o de “centralidade” que permitiu o desenvolvimento daquela teoria de segregação que ficou mais conhecida pelo nome de “modelo de Burgess”¹⁴.

O maior equívoco desta escola foi o de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases para a “naturalização” das relações sociais nas cidades. A segregação sócio-espacial foi tomada como algo inerente às cidades, através de questões de cunho racial, étnico e cultural. Como se ser segregado ou não fizesse parte do cotidiano do espaço urbano, das relações “naturais” entre as pessoas, ou seja, somente aquele que se adaptasse mais facilmente e mais rapidamente ao modo de vida urbano poderia sair-se melhor e, conseqüentemente, habitar as melhores áreas e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda.

O que se pode afirmar é que essas relações nos dias atuais se dão muito mais em função de fatores econômicos. As maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano dependem do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter. Morar em um bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se. A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

Engels escreveu quase um século antes de Park e Burgess, mas já havia descrito o sistema concêntrico de divisão das classes sociais no

14 *Apud* CARDOSO, Elizabeth D. *Op. cit.*, p. 08.

espaço urbano de acordo com as funções que cada um exerce na cidade e identificou as forças e os mecanismos que atuam por meio das instituições capitalistas, como forças geradoras da estrutura urbana¹⁵.

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.

Mas por que isso acontece? Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros.

Infere-se, portanto, que estas pessoas estão fadadas a perpetuar o ciclo vicioso da pobreza, da miséria, da violência, aliada à falta de um Estado capaz de suprir todas as necessidades dessa população.

A partir da década de 1970, os estudos começaram a também serem realizados numa perspectiva marxista. No contexto das discussões mais amplas dessa linha estava a causa dos fenômenos e não mais somente as conseqüências. Para tanto, foram colocadas em evidência as relações das classes sociais, o modo de produção atual e o espaço urbano analisado sob o ângulo de sua produção e controle pelas classes sociais.

Manuel Castells¹⁶ analisa o processo de segregação sócio-espacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, sendo que esta tem determinações políticas, econômicas e ideológicas. Para Castells, a segregação residencial tem uma expressão forte quando há uma tendência à diferenciação social, refletida no espaço de forma muito aguda. Assim, o autor a define como sendo “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social

15 HARVEY, David. Teoría revolucionaria y contrarrevolucionaria em Geografía y el problema de la formación del ghetto. In: *Revista Geo Crítica*. Barcelona: ano I, n. 04, jul. 1976, p. 26.

16 CASTELLS, Manuel. *Op. cit.*

entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia¹⁷.

Para um espaço urbano em crescimento acelerado, a homogeneização social de alguns bairros forma identidades próprias, marcadas no espaço pelo nível de renda. Tais identidades são marcadas pelas características das construções e modo como organizam o espaço na qual estão inseridos os bairros. Isso cria uma forte disparidade com relação a outros bairros do espaço intra-urbano, tanto social, como cultural e espacialmente.

Indo em direção às cidades norte-americanas, Castells critica o modelo de anéis concêntricos de Burgess, onde as classes de menor renda se concentram no centro e as de maior renda nos subúrbios. Conclui o autor que o modelo não se aplica a várias cidades norte-americanas e, portanto, não pode ser visto como um modelo clássico de segregação sócio-espacial. Assim, o autor vem resgatar a análise de Friedrich Engels, em que a historicidade dos fenômenos adquire uma importância muito grande em relação aos processos e relações sociais engendrados pela segregação.

Outro grande expoente da linha marxista é David Harvey, através de sua obra *A Justiça Social e a Cidade* (1980). Embora não tenha realizado nenhum estudo empírico, baseando somente em discussões teóricas, Harvey, ao discutir o significado da segregação argumenta que:

- a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista;
- as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer (market capacity) e estado de consciência;
- diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos escassos necessários para se adquirir oportunidades para ascensão social. As oportunidades como educação, podem estar estruturadas de modo que um bairro de classe operária seja “reproduzido” em outro bairro na próxima geração. A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores

17 Idem, p. 210.

estes profundamente ligados aos códigos moral, lingüístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo “enfrenta” o mundo. A estabilidade de um bairro e do seu sistema de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais.

- Segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real - proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura etc. Se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real¹⁸.

As colocações que o autor faz vêm de encontro a algumas idéias já expostas neste artigo. A diferenciação residencial deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente. Geram-se, assim, acessos diferenciados à infra-estrutura urbana, à serviços educacionais e, conseqüentemente, à manutenção do *status quo*, o controle e a reprodução do exército de mão-de-obra de reserva nas cidades segregadas.

Com tudo isso, nota-se, ainda, a diminuição da qualidade de vida da população, no que tange a seu acesso a recursos básicos que a cidade oferece. Há também um prejuízo cultural, no que diz respeito ao modo como essas pessoas passam a enxergar o mundo e qual sua consciência objetiva de seu estado de segregado socialmente e espacialmente.

Neste sentido, Lefebvre nos ensina que “a alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo”¹⁹.

Nos dias atuais, muito tem sido publicado sobre o tema da segregação urbana. Alguns trabalhos enfatizam os aspectos metodológicos das pesquisas, outros somente têm se preocupado em medi-la em cidades de várias partes do mundo, bem como relacionar o tema às políticas públicas, verificar o grau de controle e produção do espaço urbano pelas classes superiores ou, então, as conseqüências da segregação para as classes de menor renda.

18 *Apud* CORREA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp. 133-134.

19 LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.89.

Há também trabalhos que realizam comparação entre o mercado de trabalho e a atual fase da globalização, discutindo a segregação a partir de várias escalas de análise: bairro, censo distrital, zona urbana ou até metropolitana, através de reflexos de relações estabelecidas localmente ou mundialmente e, em menor número, trabalhos sobre questões raciais e étnicas. Alguns, ainda, preocupam-se em estudar o mercado imobiliário e a atuação do Estado através do uso do solo urbano.

Deve-se, então, destacar que a maioria desses trabalhos tem privilegiado estudos sobre uma mesma escala de abordagem, ou seja, a metropolitana.

Alguns Estudos Recentes

Neste contexto, vale a pena ressaltar o trabalho de Edmond Préteceille²⁰, na revista *Espaços & Debates*, no qual o autor discute os modelos de segregação baseados na experiência da Escola de Chicago, enquanto modelos para as cidades americanas. O autor pondera que, neste momento, tais modelos estariam travestidos sob o paradigma da cidade global. Desta forma, estaria havendo uma dualidade nos estudos sobre segregação e uma convergência metodológica e de escala nestes estudos.

As cidades de vários países diferentes possuem especificidades próprias que lhes são inerentes, quanto ao tipo de segregação mais atuante, quanto às políticas públicas implantadas para resolver o problema, entre outros aspectos que dão caráter de individualidade a cada uma. As pesquisas não podem, portanto, ter caráter uniformizador.

Préteceille, a partir dessa constatação, demonstra, com algumas interrogações, que não existe a possibilidade de homogeneização de métodos e recortes espaciais nos estudos das cidades. Pois, quais categorias sociais utilizar? Quais os recortes dos espaços urbanos? Quais métodos estatísticos?

Quanto à primeira questão, o referido autor deixa claro que os estudos feitos nos Estados Unidos sobre segregação enfatizam mais questão racial – a formação de guetos de negros e latinos, principalmente. Enquanto na França os estudos são realizados mais em função de diferenças socioeconômicas. No caso brasileiro, as pesquisas são mais realizadas

20 PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 11 – 23.

sobre as diferenças entre as classes sociais, com raras exceções. No caso inglês, enfocam-se aspectos socioeconômicos, embora tenham crescido as pesquisas sobre segregação nas questões étnico-raciais. Finalizando, o autor coloca que não existe uma categoria melhor ou pior, em princípio, para ser estudada, mas sim, que se deve levar em conta o problema social e a hipótese levantada pelo pesquisador.

Na segunda questão, Préteceille destaca um duplo problema a ser analisado, qual seja o conjunto a ser analisado e as unidades espaciais elementares a serem comparadas.

Por fim, o mesmo autor analisa qual o melhor método utilizar no estudo da segregação e, para tanto, distingue dois tipos de abordagens que podem ser utilizadas: a primeira trabalha com índices globais de dissimilaridade, que comparam duas categorias nas unidades espaciais a serem estudadas. O segundo é o índice de segregação que compara a distribuição de uma categoria em relação ao restante da população.

Fazendo uma comparação da aplicação da análise fatorial utilizada nas pesquisas nos Estados Unidos e na França, o francês ainda chama a atenção para o perigo de se usar métodos estatísticos que possam esconder, ou então, superficializar a realidade. Observa-se que, apesar dessas abordagens, Edmond Préteceille não entra na discussão sobre o conceito de segregação.

Também em trabalho recente, Peter Marcuse²¹ analisa o problema da segregação usando a análise diferencial em relação ao tipo de segregação socialmente aceitável e o indesejável. Busca ainda esclarecer qual é o papel desempenhado pelo Estado na produção das formas de segregação possíveis.

Seu artigo divide-se, então, em quatro partes muito relevantes. Começa pela definição formal do que é a segregação, a seguir passa-se à análise das origens das aglomerações, no terceiro momento analisa o papel do Estado como agente influenciador e produtor da segregação e, por último, sugere como e por qual meio o Estado poderia acabar com a segregação. Na última parte de seu texto, são sugeridas algumas políticas alternativas para a atuação do Estado, como respostas à segregação.

21 MARCUSE, Paul. *Op. cit.*

Seguindo as idéias de Marcuse, temos a seguinte definição, em termos de processo: “Segregação (segregation) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto”²².

Segundo o autor, nenhum padrão urbanístico poderia ser adotado sem a participação do Estado, seja ele segregador ou não. Isto se dá através de leis que garantam o direito à propriedade privada contra invasões e que usem o aparato coercitivo (polícia, tribunais etc) do Estado para controlá-las. Além da implantação de toda infra-estrutura mínima, como estradas, ruas, asfaltamento, iluminação pública, cobrança de impostos, entre outros. Desta forma:

Está, pois, claramente, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado²³.

Finalizando, vale ressaltar que o texto ainda chega à conclusão que o Estado possui um estreito laço de articulação com as classes altas e, para isso, Marcuse destaca o papel do poder público em algumas cidades americanas. Ele mostra a influência exercida nas formações de guetos de negros e na suburbanização dos brancos de alta renda, na formação de bairros próprios e bem equipados, contando inclusive, com acesso fácil através de vias rápidas de circulação. Este papel do Estado em controlar a segregação a favor da classe de maior renda também é abordada, como veremos mais adiante, em *Villaça e Caldeira*.

O Brasil e a América Latina

No âmbito dos estudos latino-americanos, a análise do processo de segregação encontra mais campos de discussões e pesquisas na categoria socioeconômica.

É através de trabalhos como de Oscar Yujnovsky²⁴, que podemos entender objetivamente como ocorreu o processo de “construção” da

22 Idem, p. 24.

23 Idem, p. 30.

24 *Apud* CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1999.

segregação sócio-espacial no continente. Segundo o autor, a cidade latino-americana passou por três períodos de padrões de segregação. O primeiro está entre o séc. XVI a 1850, aproximadamente, compreendendo quase todo período colonial e caracteriza-se pela centralidade das moradias da classe alta. Nesta fase, a segregação está legitimada pela Lei das Índias, semelhante ao padrão proposto por Kohl.

O segundo está localizado temporalmente em torno de 1850 a 1930, momento em que a sociedade já alcança um nível de desenvolvimento satisfatório de locomoção, com o aparecimento de bondes e trens. Isto favorece, entre outras coisas, a mudança do padrão de habitação da sociedade, permitindo que a classe alta possa morar mais distante do centro. Ela abandona suas casas nessa região, as quais passam agora a serem ocupadas por pessoas de baixa renda, formando-se cortiços próximos aos locais de trabalho da baixa renda.

E, por fim, o terceiro período, que se inicia mais ou menos em 1930, vê acentuar as preferências da classe alta por determinadas áreas dotadas de amenidades, paralelamente ao grande fluxo migratório que caminha em direção às cidades, composto principalmente de trabalhadores rurais. Estes trabalhadores, na maioria das vezes, expropriados de suas terras, acabam por chegar às periferias, através da formação de loteamentos populares, favelas e conjuntos habitacionais financiados pelo Estado.

Atualmente, este modelo centro-periferia (paradigma que sobreviveu dos anos 1940 a 1980) tem sido muito contestado pelo modelo fractal, que apresenta uma aproximação física entre as classes sociais, porém, um grande distanciamento psicológico e social, como afirma Caldeira:

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de 'enclaves fortificados'. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que

estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto.²⁵

Ainda no contexto da América Latina, destacam-se os trabalhos de Sabatini (1998)²⁶; Sabatini, Cáceres e Cerda²⁷; Vignoli²⁸; Luco e Vignoli²⁹, sobre as cidades chilenas, e Roitman³⁰ sobre Mendoza, na Argentina.

Segundo Sabatini, Cáceres e Cerda³¹, o padrão da segregação latino-americana, nas últimas décadas, tem se caracterizado por ser de grande escala. Ao longo do séc. XX, as famílias de maior poder aquisitivo foram se concentrando somente em uma área de crescimento em forma de cone, mantendo-se unidas ao centro tradicional, enquanto os grupos mais pobres tenderam a se aglomerar em extensas zonas de pobreza cada vez mais longínqua e pior equipada. Os autores criticam os trabalhos que são feitos sobre o tema, principalmente porque, segundo eles, padecem de pesquisa empírica e são reducionistas, o que é típico do viés estruturalista, por tratarem quase que exclusivamente de estudos de casos, principalmente de condomínios fechados. No campo conceitual, os estudos supõem que a segregação espacial é um simples reflexo da diferenciação social, ou seja, o espaço funcionaria apenas como um “espelho” das desigualdades sociais.

Concluem, dessa forma, que o espaço cumpre um outro papel, com a segregação espacial: o de funcionar como uma espécie de “curinga” para os segmentos sociais que se sentem ameaçados em relação a sua identidade social.

Ao entrarem na discussão sobre definições e conceitos, a segregação sócio-espacial é definida como:

25 CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000, p. 211.

26 SABATINI, Francisco. Reforma de los mercados de Suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial. In: *Revista Eure*. Santiago del Chile: vol. 26, n. 77, mai. 1998.

27 SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona: vol. VIII, num. 146(123), set. 2001. [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(123\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(123).htm).

28 VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?* Santiago del Chile: CEPAL, n. 16, ago. 2001. (Série Población y Desarrollo).

29 VIGNOLI, J. R.; LUCO, V. *Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política*. Santiago del Chile: CEPAL, n. 47, out. 2003. (Série Población y Desarrollo).

30 ROITMAN, Sonia. Barrios cerrados y segregación social urbana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. VII, núm. 146(118), ago. 2003. <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(118\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(118).htm)>

31 SABATINI, CÁCERES e CERDA. *Op cit.*

grado de proximidad espacial o de aglomeración territorial de las familias pertenecientes a un mismo grupo social, sea que éste se defina en términos étnicos, etarios, de preferencias religiosas o socioeconómicos, entre otras posibilidades. A qual é apresentada em três dimensões principais: (1) la tendencia de los grupos sociales a concentrarse en algunas áreas de la ciudad; (2) la conformación de áreas o barrios socialmente homogéneos; y (3) la percepción subjetiva que los residentes tienen de la segregación “objetiva” (las dos primeras dimensiones)³².

O padrão de segregação residencial das cidades latino-americanas acompanha a definição de Castells (1983) sobre a tendência de grupos socialmente homogêneos concentrarem-se numa mesma região da cidade. As duas primeiras dimensões parecem bastante próximas, mas a tendência de aglutinação de grupos sociais em uma mesma área da cidade não significa que o bairro será completamente homogêneo. Quanto à terceira dimensão, a dimensão subjetiva que a população pobre tem da realidade objetiva da segregação é a da marginalização, da exclusão social, o que acaba causando a desintegração social da família e da vida em comunidade, em relação ao bairro em que mora. Assim, a relação de vizinhança vai perdendo o sentido e cada vez mais as pessoas tendem a isolar-se em suas casas, perdendo totalmente os laços de amizade e solidariedade coletiva. O bairro operário torna-se apenas um lugar para descansar e a vida já não se passa mais na casa, mas sim, na cidade.

Em texto da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), Jorge Rodríguez Vignoli analisa o conceito de segregação, métodos de medição e interpretação; examina os vários procedimentos metodológicos para medi-la; elabora e ilustra um procedimento e sua variação para medir a segregação socioeconômica e, por fim, aplica este procedimento no aglomerado metropolitano da Grande Santiago do Chile.

Caminhando na mesma direção de Sabatini, Cáceres e Cerda, Vignoli define segregação na Sociologia e na Geografia.

En términos **sociológicos**, segregación significa la ausencia de interacción entre grupos sociales. En un sentido **geográfico**, significa desigualdad en la distribución de los

³² Idem, p. 06.

grupos sociales en el espacio físico. La presencia de un tipo de segregación no asegura la existencia del otro³³.

Sonia Roitman, num texto intitulado *Barrios Cerrados y Segregación Social Urbana*, chega à seguinte definição: “La segregación social urbana puede entenderse como la separación espacial de los diferentes grupos sociales en una ciudad o un área geográfica de acuerdo a diferencias étnicas, religiosas, de ingresos, etc”³⁴. Roitman pondera que a segregação aumenta as diferenças e divisões sociais, reduz as oportunidades de trabalho e aumenta a vulnerabilidade social. Não se trata somente de separação de outros grupos sociais, mas, também, de recursos e serviços (empregos, serviços sociais, infra-estrutura etc) e, neste sentido, a segregação espacial pode conduzir à exclusão social.

No caso brasileiro, ao abordar a questão urbana, percebe-se que o foco de análise recai sobre o estudo do processo de desenvolvimento capitalista periférico, em que as cidades tornam-se um reflexo desse processo.

Os problemas urbanos brasileiros começam principalmente a partir da criação da Lei de Terras de 1850, que criou restrições ao acesso da terra para as camadas de renda mais baixa da população. Houve também a emergência do trabalho livre, a partir de 1888, que manteve o status e o privilégio das elites brasileiras, já muito beneficiadas pelo império. Maricato³⁵ afirma que a lei, apesar de ser muito conhecida por criar valor de troca para o solo rural, também o fez em relação ao solo urbano. A autora lembra que esta lei diferencia pela primeira vez na história brasileira o que é solo público e solo privado.

Com a intensificação do modelo agro-exportador no século XIX, baseado principalmente na cultura do café e na industrialização incipiente, começou a predominar a idéia nos grandes centros urbanos de que o Brasil não poderia ter cidades que refletissem o atraso econômico e tecnológico do país, mas sim, fazer frente às cidades mais desenvolvidas da Europa.

As reformas realizadas no final do século XIX e início do século XX lançaram modelos estéticos e paisagísticos de embelezamentos das cidades e de ocultamento da pobreza. Para isso, ocorreu a regulação

33 VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Op. Cit.*, p. 11.

34 ROITMAN, Sonia. *Op. cit.*, p. 06.

35 MARICATO, Erminia. *Habitación e Cidade*. In: *Espaço e Debate*. São Paulo: Atual, 1997.

da atuação de alguns instrumentos urbanísticos, como a legalização de atuação do mercado imobiliário, implantação de projetos de saneamento ambiental e paisagismo, enquanto a população de baixa renda era expulsa para as áreas mais afastadas da cidade. Era a conjugação do modelo de embelezamento das cidades e segregação sócio-espacial das camadas mais pobres da sociedade³⁶.

No início da década de 1930, o país passou por um significativo processo de industrialização e urbanização, sobretudo, causado pela crise econômica mundial e, conseqüentemente, pela Revolução Política imposta por Getúlio Vargas. Esses processos tiveram um papel muito importante na implementação da produção de mercadorias e na alteração da relação capitalista da reprodução da força de trabalho assalariado no país, o que ajudou no processo de crescimento urbano desigual e segregado.

Assim, com o final da Segunda Grande Guerra, o aumento do assalariamento, o acesso fornecido pelo Estado à terra longínqua e barata da periferia (transporte, água, luz...), a industrialização, somados à crise do aluguel de 1940 e às frágeis políticas habitacionais do Estado, tornaram o trinômio loteamento popular/casa própria/auto-construção a forma predominante de aquisição da casa própria pela classe trabalhadora³⁷.

Os estudos sobre a política habitacional implementada pelo Estado desde então nos mostram uma participação apenas simbólica deste, dado o resultado limitado de construções de unidades habitacionais, sobretudo para a classe de menor renda da população.

Segundo Maricato³⁸, o Brasil como a maioria dos países da América Latina, apresentou um alto índice de crescimento de sua população urbana, a partir principalmente da segunda metade do século XX. Segundo a autora, a população urbana que, em 1940, era de 26,3% do total, ou seja, 18,8 milhões de habitantes, passou, no ano de 2000, para 81,2%, em números absolutos para 138 milhões. Em apenas sessenta anos a população urbana cresceu cerca de 549% (120 milhões de pessoas).

36 Idem.

37 MAUTNER, Yvone. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. Tese de Doutorado. Bartlett School of Architecture and Planning, UCL. 1991.

38 MARICATO, Hermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: n. 14(4), 2000, pp. 21-33

O crescimento urbano, portanto, aconteceu por meio da exclusão social e segregação sócio-espacial. Desde o aparecimento do trabalhador livre para servir como força de trabalho nas nascentes indústrias brasileiras, as cidades ganham nova dimensão e tem início o problema da habitação e da segregação residencial no país.

O fenômeno de periferização e segregação sócio-espacial neste período são marcados pela divisão social do espaço, que, segundo Lipietz³⁹, na cidade capitalista é caracterizada:

Pela localização de lugares específicos para produções manufatureiras, determinadas pela proximidade das matérias-primas e dos meios de comunicação. A cidade torna-se o terreno das externalidades. Ao mesmo tempo em que se constituem locais de comando dos negócios econômicos, financeiros e políticos.

Uma enorme concentração de proletários, que se deslocam em função da oportunidade da continuação da reprodução de sua força de trabalho. Sua habitação é um “custo social da exploração” de seu trabalho, o que, ainda segundo o autor, gera duas conseqüências:

1. A divisão técnico-econômica do trabalho que se desdobra posteriormente em divisão técnico-econômica do espaço (D.T.E.). Lugares distintos para a fábrica, o escritório, o depósito, entre outros.
2. A divisão social do trabalho que se desdobra em divisão social do espaço. Também com locais distintos para habitação de empresários, engenheiros, patrões, trabalhadores, etc.

A divisão social do espaço (D.S.E.) se torna possível graças à evolução do sistema de transportes coletivos, de automóveis, do elevador, entre outros instrumentos que permitem a existência de imóveis em localizações diferenciadas para a classe alta em relação aos mais pobres. Desta forma, o binômio que existia entre segregação/distância pode ser substituído por segregação/D.S.E.

A segregação sócio-espacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, com efeito, as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e o bem-estar-social.

39 LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu Espaço*. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1988.

As contradições verificadas nas cidades ao longo do processo de urbanização (baseado na autoconstrução, em favelas e loteamentos sem infra-estruturas adequadas, alicerçadas na prevalência da especulação imobiliária sobre o direito à cidade) foram denominadas de espoliação urbana, a qual se intensificou diante da política econômica recessiva dos anos 1980 e 1990 no Brasil⁴⁰.

A segregação sócio-espacial tornou-se corrente no espaço urbano, consolidando as diferenças e contradições no investimento do Estado nos bairros das diferentes classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade e aumentando a precariedade da forma como vivem, sem que o Estado consiga de alguma maneira intervir.

Considera-se, ainda, como um fenômeno essencialmente espacial, e não como um mero reflexo das diferenças sociais, mas um espaço que é produzido e organizado de acordo com os interesses das diferentes classes. Parte-se do pressuposto que é a desigual distribuição espacial das classes sociais que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece a segregação sócio-espacial. Portanto, concorda-se com Sabatini quando diz que “debemos distinguir segregación residencial, un fenómeno espacial, de desigualdades sociales, un fenómeno social. (...) Cuando hay movilidad social, las diferencias entre grupos sociales, lo mismo que sus identidades, son poco claras”⁴¹.

Tereza Pires Caldeira, em livro intitulado *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000), analisa este novo padrão de organização espacial nas metrópoles brasileiras – que também está presente nas cidades médias – baseado na auto-segregação da classe alta, a qual, cada vez mais, tem se dirigido para as periferias em busca de segurança, qualidade de vida, lazer, conforto e status.

Caldeira destaca três padrões de segregação na cidade de São Paulo. O primeiro que se estende desde fins do século XIX até 1940, carac-

40 HUGHES, Pedro Javier Aguirre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: 18(4), 2004, pp. 93-102.

41 SABATINI, Francisco. *Op. cit.*, p. 03.

terizado pela cidade mais concentrada em torno de seu núcleo central, com uma maior proximidade entre ricos e pobres, apesar de já existir segregação entre ambos. O segundo estende-se de 1940 a 1980, assinala um novo padrão de segregação baseado no aumento das distâncias físicas e sociais entre as classes, com maior dispersão entre si, com o qual os mais pobres cada vez mais são “expulsos” para a periferia subequipada. Este modelo, baseado na relação centro-periferia, seria resumido pelo modelo radial-concêntrico.

Por último, o período compreendido após a década de 1980 seria caracterizado pela maior proximidade espacial entre as classes sociais, através de uma maior dispersão da classe alta pela periferia e da difusão da classe pobre pelas áreas mais nobres da cidade, principalmente com a criação de favelas, mas que não significa proximidade social entre ambas. É neste contexto que se acentua a auto-segregação da classe de renda mais alta nos “enclaves fortificados”⁴².

Vale destacar na obra de Caldeira a dimensão espacial que a segregação adquire por meio da maior proximidade entre os grupos sociais. A decisão de se isolar pela construção de muros, cercas eletrificadas, segurança, fechando bairros inteiros e, também, construindo condomínios fechados vai além do medo da violência.

Isso acontece quando a classe mais alta começa ir para a periferia, contudo, isso não significa a inexistência ou a diminuição da segregação, ao contrário, pode inclusive causar um aumento do acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes⁴³. Neste contexto, o Estado adquire um papel crucial, porque acentua a segregação através de legalizações para instalação de condomínios fechados, cercamento de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que facilitam a segregação.

O papel do Estado, sua articulação e sua relação de subordinação com a classe dominante é estudado por Villaça⁴⁴, que destaca três esferas de controle da produção e consumo do espaço urbano por esta classe:

42 BICHR, Renata Mirandola. *Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

43 VILLAÇA, Fábio. A segregação e a estruturação do espaço intra-urbano; o caso do Recife (2001). In: *www.flaviovillaca.arq.br*. Acesso em: 15 fev. 2007.

44 VILLAÇA, Fábio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *VII Encontro Nacional da ANPUR (1997)*. In: *www.flaviovillaca.arq.br*. Acesso em: 15 fev. 2007.

1. Esfera Econômica: através do controle do mercado imobiliário, que atende os desejos de localização espacial da classe dominante.
2. Esfera Política: ocorre pelo controle do Estado, que se manifesta de três maneiras:
 - Controle sobre a localização da infra-estrutura urbana.
 - Controle da localização dos aparelhos do Estado.
 - Controle da legislação de uso e ocupação do solo urbano.
 - Esfera Ideológica: através do desenvolvimento de idéias dominantes que visam auxiliar, em determinados momentos, a dominação da sociedade e aceitação por parte desta de seus ideais.

Entretanto, para entender o processo de segregação deve ser compreendido o seu papel de estruturação do espaço urbano e, portanto, a escala analisada deve ter alcance mais abrangente que os bairros. Tal estruturação resulta dos conflitos entre classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano e da apropriação do espaço enquanto produto do trabalho. Assim, sem o processo de segregação sócio-espacial, o controle do espaço urbano, no tocante a sua produção e o seu consumo, não poderia acontecer pela classe dominante.

Considerações Finais

O debate contemporâneo sobre segregação sócio-espacial nas cidades tem demonstrado que este é um fenômeno de múltiplas facetas e que depende da realidade socioeconômica, política e cultural de cada país. Assim, de acordo com as leituras apresentadas, é possível encontrar vários tipos de segregação como, por raça, religião, idade, sexo, etnia, situação civil, por classes, socioeconômico entre outros.

No caso do Brasil, a maioria das pesquisas demonstra que o principal tipo de segregação encontrada é socioeconômica, por meio da qual as classes sociais distribuem-se de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades. Desta forma, surge uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, excluindo e abandonando a população de baixa renda à própria sorte.

Em suma, o espaço é utilizado não como um mero reflexo das condições sociais, mas como um condicionador dessas. Parte-se do fato

que é a desigual distribuição espacial dos segmentos sociais que causa o aumento das diferenças sociais. E isso acontece quando as desigualdades sociais são estruturadas no espaço e adquirem uma feição espacial.

Sendo assim, a estrutura urbana também revela e reproduz as desigualdades, no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido aqui como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui em se localizar em determinados espaços.

Referências

- BICHIR, Renata Mirandola. *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- BUENO, Edir de Paiva. *A Segregação Sócio-Espacial: A (Re) Produção de Espaços em Catalão – GO*. Rio Claro: DGE/UNESP, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart. *A Segregação Residencial e a Cidade do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XX*. In: http://www.uff.br/posgeo/modules/xt_conteudo/content/campos/elizabeth.pdf. Acesso em 23 Jan. 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *O Espaço Urbano*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Global. São Paulo, 1985.
- HARVEY, David. Teoría Revolucionaria Y Contrarrevolucionaria Em Geografía Y El Problema De La Formación Del Ghetto. *Revista Geo Crítica*. Barcelona, ano I, N. 04, 26 p., Jul. 1976.
- _____. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HUGHES, Pedro Javier Aguirre. Segregação Socioespacial e Violência Na Cidade De São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, 18(4):93-102, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu Espaço*. 2ª. ed. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUCO, Camilo Arriagada; VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política*. Santiago: CEPAL, n. 47, outubro 2003. (Série Población y Desarrollo)

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul. 2004.

MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. In: *Espaço e Debate*. São Paulo: Atual, 1997.

_____. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n. 14 (4), pp. 21 – 33, 2000.

MAUTNER, Yvone. *A Periferia Como Fronteira de Expansão do Capital*. Bartlett School of Architecture and Plannig, UCL. 1991(tese de doutorado).

PASTERNAK, Suzana et al. A Pesquisa sobre Segregação: conceitos, métodos e medições. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 87 – 109, jan./jul. 2004.

PRÉTRECEILLE, Edmond. A Construção Social da Segregação Urbana: convergências e divergências. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 11 – 23, jan./jul. 2004.

QADEER, Mohammad A. Segregação Étnica em uma Cidade Multicultural, Toronto, Canadá. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 34 – 46, jan./jul. 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Revista eure* (Vol. XXIX, Nº 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, dezembro, 2003.

ROITMAN, Sonia. Barrios cerrados y segregación social urbana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(118). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(118\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(118).htm)> [ISSN: 1138-9788]

SABATINI, Francisco. Reforma de los Mercados de Suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial. In: *Revista Eure*, Santiago, vol. 26, n. 77, mai. 1998.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. In: *Scripta Nova. Revista Eletrónica de Geografía y Ciências Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 17 de setembro de 2001, vol. VIII, num. 146(123). [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(123\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(123).htm).

TORRES, Haroldo da Gama, MARQUES, Eduardo, FERREIRA, Maria Paula et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estud. an.*, 2003, vol.17, no.47, p.97-128.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. In: *Revista Cidades*. 2004, v. 1, n. 2, p.259 – 274.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?* Santiago: CEPAL, n. 16, agosto 2001. (Série Población y Desarrollo)

VIGNOLI, Jorge Rodríguez; LUCO, Camilo. *Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política*. Santiago del Chile: CEPAL, n. 47, out. 2003. (Série Población y Desarrollo).

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do Espaço Sobre o Social na MetrÓpole Brasileira. *VII Encontro Nacional da ANPUR (1997)*. In: www.flaviovillaca.arq.br. Acesso em: 15 fev. 2007.

_____. A Segregação e a Estruturação do Espaço Intra-Urbano; o caso do Recife (2001). In: www.flaviovillaca.arq.br. Acesso em: 15 fev. 2007.

_____. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2000.

Recebido em setembro/2008.

Aprovado em outubro/2008.